



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008606-46.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários**
Requerente: **ROSANGELA RODRIGUES DOS SANTOS PEREIRA**
Requerido: **BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter firmado contrato com a ré visando à compra de um automóvel, tendo atrasado o pagamento de uma das parcelas ajustadas.

Alegou ainda que mesmo quitando essa parcela passou a receber cobranças da ré a esse título.

A ré limitou-se em contestação a destacar a inexistência de falha na prestação dos serviços a seu cargo, bem como a salientar que a autora não faria jus ao ressarcimento de danos morais.

Ela, contudo, sequer formulou pleito nesse sentido.

Quanto ao pagamento da parcela trazida à colação, está cristalizado a fl. 09.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A ré não impugnou o comprovante em apreço, mas somente ressaltou ter encaminhado carta pesquisa ao banco recebedor para esclarecimento (fl. 18).

Instada a informar se a questão teria sido solucionada (fl. 46), permaneceu silente (fl. 48).

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

O cumprimento da obrigação cabente à autora está materializado nos autos e não foi refutado de forma específica e concreta.

Eventuais problemas em função disso não foram detectados de maneira objetiva e ainda que assim fosse nada há a vislumbrar qualquer responsabilidade da autora a propósito.

É o que basta à declaração de quitação da parcela, devendo a ré abster-se de emitir novas cobranças a seu respeito.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a quitação da parcela nº 25/48 do contrato tratado nos autos, bem como para condenar a ré a abster-se de emitir cobranças da mesma à autora, sob pena de multa equivalente ao valor de cada cobrança porventura efetivada.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**